

POR UMA ABERTURA DA ECONOMIA ATRAVÉS DAS PRIVATIZAÇÕES: a inserção de capital estrangeiro no Brasil no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

WERBETH SEREJO BELO*
werbethsbelo@hotmail.com

1. Introdução

O neoliberalismo tem como base de sustentação a concepção de Estado baseado no Welfare State¹ e tem continuidade com as medidas elaboradas em 1973 por intelectuais na Sociedade de Mont Pelerin como solução a então crise mundial do capitalismo, medidas essas que podem ser consideradas parte de uma agenda neoliberal que pode ser adaptada de acordo com o país que for utilizada, ou seja, de acordo com as diversas conjunturas e possibilidades da economia local.

Dentro dessa lista de medidas três são fundamentais para o estudo aqui proposto: programa de privatizações², redução dos gastos públicos e o fim do controle sobre os fluxos financeiros, que serão mais a frente esclarecidas.

Além da Sociedade de Mont Pelerin, algumas diretrizes são elaboradas no Consenso de Washington³ por John Williamson no ano de 1989, “onde foram traçados caminhos que os países da América Latina deveriam trilhar” (PICCOLO, 2010: 24), dentre as diretrizes tem-se:

¹ Segundo Paulo Sandroni, o Welfare State é um “sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar ao conjunto de cidadãos os padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas nacionais. Não se trata de uma economia estatizada: enquanto as empresas particulares ficam responsáveis pelo incremento e realização da produção, cabe ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal, de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência-social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garantir uma política de pleno emprego”. (SANDRONI, 1999:220).

* Graduando do 6º Período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do NUPEHIC (Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea). Bolsista FAPEMA pelo Projeto de Organização, Indexação, Informatização e Publicação do acervo documental sobre História Contemporânea presente no Maranhão. Orientando da Prof. Drª. Monica Piccolo Almeida, professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma empresa privada (SANDRONI, 1999: 495).

³ “conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI, do BIRD e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas. (SANDRONI, 1999: 123)

redução dos gastos públicos, desoneração fiscal do capital (flexibilizando os mercados), desmonte do modelo intervencionista. Com a adoção dessas diretrizes o Estado⁴ diminui sua intervenção direta na economia, passando a gerir de acordo com as regras do mercado, claro que visando a inserir a determinado país na dinâmica da economia internacional.

Uma das formas do Estado restrito diminuir sua intervenção na economia é realizando uma série de privatizações, passando assim “suas responsabilidades” ao setor privado que pode ser de capital nacional ou internacional. O discurso geralmente utilizado para, de certa forma, legitimar essa prática é de que os serviços prestados pelas empresas privadas são muito mais eficazes que os serviços prestados por empresas estatais, sobretudo em empresas relacionadas a funcionamento de setores básicos como transporte, fornecimento de energia e água e o setor de telecomunicações.

Outro argumento utilizado é a arrecadação de capital para investimento social, isto é, para melhoria da condição de vida da população, ou ainda, para a arrecadação de capital para liquidar a dívida externa, e também, eliminar, ou diminuir, os déficits orçamentários⁵ nos cofres públicos.

Os projetos neoliberais⁶ se instauram no Brasil na década de 1990 de forma que são iniciados no governo de Fernando Collor de Melo e se tornam hegemônicos⁷ ao longo dos

⁴ A concepção de Estado aqui neste trabalho utilizada é a de Antonio Gramsci, na qual o Estado é ampliado, isto é, o Estado não é simplesmente Estado no sentido restrito, mas, na verdade, a somatória do Estado Restrito (sociedade política) e sociedade civil, que deriva do homem cidadão e burguês de Marx. (GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Cadernos do Cárcere*. Vol.03, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.)

⁵ “Em linguagem contábil é um excesso de passivo em relação ao ativo, isto é, as despesas e o pagamento são maiores que o total de crédito. Nas finanças públicas fala-se em déficit orçamentário quando as despesas são superiores à arrecadação”. (SANDRONI, 1999: 158).

⁶ Luis Filgueiras faz uma diferenciação entre neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico. Para o autor, neoliberalismo, seguindo o conceito de Perry Anderson, “diz respeito à doutrina política econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman”; projeto neoliberal “se refere à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil”; enquanto o modelo econômico neoliberal periférico “é resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país e que é diferente dos demais países da América Latina” (FILGUEIRAS, s/d : 179).

⁷ Segundo Gramsci, a hegemonia de um projeto é alcançada por meio de consenso, sobretudo no âmbito da sociedade civil, para tanto os intelectuais orgânicos podem fazer parte da elaboração desse projeto que pode vir a

dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Esses projetos são apresentados como solução para reduzir, o que era o grande problema do Brasil, as taxas de inflação⁸, sobretudo no governo Collor, pois no governo Fernando Henrique – além de reduzir a taxa de inflação – buscava-se também o desenvolvimento, ou seja, a inserção no mercado internacional do qual faziam parte os países “desenvolvidos”.

Para que o Brasil fosse inserido entre os países que compunham o mercado internacional seria necessário que possibilitasse uma abertura na economia para que o capital privado internacional acelerasse o desenvolvimento do país.⁹ Então, na década de 1980 (Governo Sarney) já se começa a tomar uma série de medidas que possibilitam a inserção ou a utilização de uma posterior agenda neoliberal na década de 1990.

Segundo Célia Maria da Motta (2001), o neoliberalismo no Brasil avançou ainda no período de transição (Governo Sarney), pois nesse período “se criaram as condições favoráveis à implementação mais ampla das políticas neoliberais na década de 1990”:

Durante o governo Sarney, o choque entre os interesses nacionais e a necessidade de conciliação de medidas heterodoxas com monetaristas ortodoxas (que unia e embarçava a convivência dos dois discursos presentes nesse período) dificultavam o atendimento das posições ocupadas pelos seus próprios agentes, representantes de unidades particulares do capital. A vinculação do comportamento geral da economia com as “necessidades neoliberais” do grande capital impediu, ao longo dos anos 80, a criação de um novo modelo de desenvolvimento mas, também, de um plano decisivo de implementação de reformas monetaristas ortodoxas. (MOTTA, 2001: 45)

ser hegemônico, mas sua principal função é a de transição entre o Estado restrito (sociedade política) e a sociedade civil – concepção ampliada do Estado – pois o intelectual orgânico divulga esse projeto.

⁸ Inflação, segundo Sandroni, é o “aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda” (SANDRONI, 1999: 301).

⁹ Os teóricos responsáveis pela criação da chamada Teoria da dependência são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969), teoria essa que defende a abertura da economia à inserção do capital estrangeiro para o desenvolvimento da América Latina, ou seja, uma dependência que levaria ao desenvolvimento. Mas, esse desenvolvimento estaria sempre atrás dos chamados “países desenvolvidos”, portanto seria um crescimento, um desenvolvimento medido e controlado.

Por mais que as privatizações (carro-chefe da agenda neoliberal) tenham sido efetivadas, em sua maioria na década de 1990, elas já ocorriam também no governo Sarney, que, aliás, em muito contribuiu para o posterior Programa Nacional de Desestatização – PND que seria posteriormente elaborado no Governo Fernando Collor de Melo. Segundo Monica Piccolo (2010),

(...) As estratégias utilizadas pela BNDESPAR¹⁰ e o arcabouço jurídico então consolidado serviram de referência para o Programa Nacional de Desestatização lançado no Governo Collor. A escassez de recursos, aliada aos custos dos empréstimos externos, ao controle de preços e tarifas, lançam o Setor Produtivo Estatal em uma intensa crise. Estava assim construído o cenário para as privatizações de larga escala que ocorreram a partir de 1990. (PICCOLO, 2010: 247-248).

Sabendo agora que no período de transição o terreno está preparado para que o projeto neoliberal seja iniciado na década seguinte (1990), vejamos como estava a economia neste período e como Collor, enquanto chefe do bloco no poder, liderou esse projeto que almejava estar hegemônico.

2. A economia no Governo Collor

Em 15 de março de 1990 assume a presidência da República Fernando Collor de Melo que logo anuncia o que ficou conhecido por Plano Collor¹¹ que tinha como principais diretrizes: extinção de 24 órgãos estatais, com a demissão dos funcionários não estáveis; elevação do IPI; restabelecimento do cruzeiro; congelamento de preços e salários; fim dos títulos ao portador; **privatização das empresas estatais; abertura econômica com a redução das alíquotas de importação** (grifo meu). (PICCOLO, 2010).

¹⁰ Subsidiária do BNDES e grande responsável por gerir os processos de privatização do Governo Sarney.

¹¹“Preparado por uma equipe econômica chefiada pela nova ministra da economia, Zelia Cardoso de Mello, as medidas adotadas pelo novo governo implicaram mudanças nas áreas monetário-financeira, fiscal, de comércio exterior, câmbio e de controle de preços e salários”. (SANDRONI, 1999: 466).

Essas medidas são adotadas com o objetivo de estabilizar a economia e combater a inflação. No entanto, não é exatamente o que ocorre. Além dessas medidas do Plano Collor, o presidente bloqueia saldos em conta corrente e poupanças por 18 meses, e mesmo assim a inflação continua a subir, chegando a “13,25% em setembro de 1990 e em dezembro em torno de 20%” (PICCOLO, 2010: 262).

Após o fracasso do Plano Collor, em 31 de janeiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II e novas medidas foram tomadas: novo congelamento de preços, início da execução de um cronograma de redução das alíquotas de exportação, elevação do IOF e taxas de juros, entre outros. Mas das medidas adotadas a mais importante, segundo Sandroni, foi

a decretação do fim do mecanismo de indexação, considerada pela equipe econômica do governo a principal causa da retomada da inflação, por gerar uma enorme rigidez à baixa de preços e tornar extremamente vulnerável o sistema econômico nacional a quaisquer abalos que ocorressem no sistema econômico internacional. (SANDRONI, 1999:466).

Mas mesmo com o Plano Collor II, a inflação acumulada chegava a 400 %, a taxa de desemprego era de 5,23%, o PIB reduz a 4,6% o que leva à crise de hegemonia¹² do Governo Collor além de uma série de escândalos de corrupção que o cercam.

No que diz respeito às privatizações nesse período, são regidas pelo então criado PND (Programa Nacional de Desestatização)¹³ que possui os seguintes objetivos: reordenar a posição estratégica do Estado na economia transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para a modernização do parque industrial do país; permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado

¹² Segundo Gramsci, “ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas, ou porque amplas massas passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”. (Gramsci, 2012:60).

¹³ Programa criado em 12 de abril de 1990 por meio da lei nº 8.031.

seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais¹⁴.

Tendo o PND como regulador, as privatizações no Governo Collor ocorreram de forma mais acentuada que no governo anterior. No entanto, ainda assim, não foram capazes de promover “o saneamento das contas públicas no governo Collor” (Piccolo, 2010: 291), pois havia a predominância do uso das moedas podres¹⁵ nas transações realizadas e não o uso da moeda corrente, o que vai predominar no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Quanto ao capital estrangeiro que participava das transações, no Governo Collor, este não é maioria ainda. As empresas que compram as estatais são, ainda, de capital privado nacional. Conforme tabela abaixo:

Capital estrangeiro na compra de empresas estatais no Governo Collor*

Empresa	Ano	Nacionalidade dos compradores
Usiminas	1991	Brasil – 90% EUA – 3,8% Alemanha – 1,3% Outros – 4,9%
Cosinor	1991	Brasil – 100%
Aços Finos Piratini	1992	Brasil – 100%
CST	1992	Brasil – 99,9% Outros – 0,1%
Acesita	1992	Brasil – 97,8% Outros – 2,2%
Petroflex	1992	Brasil – 99,5% Outros – 0,5%

¹⁴ “toda rede de bolsas de valores e instituições financeiras que opera com compra e venda de papeis a longo prazo. Tem a função de canalizar as poupanças da sociedade para o comércio, a indústria e outras atividades econômicas e para o próprio governo” (SANDRONI, 1999).

¹⁵ Títulos públicos utilizados como moeda de compra, compostos por dívidas não honradas pelo governo. (Piccolo, 2010: 284)

Copesul	1992	Brasil – 9,3% Alemanha – 1,9% França – 1,3% Canadá – 0,5% EUA – 0,3 % Outros – 2,7%
CNA	1992	Brasil – 100%
Nitriflex	1992	Brasil – 100%
Polisul	1992	Brasil – 80% Alemanha – 20%
PPH	1992	Brasil – 74,3% EUA – 25,7%
CBE	1992	Brasil – 100%
INDAG	1992	Brasil – 100%
Fosfértil	1992	Brasil – 99,5% Outros – 0,5%
Goiásfértil	1992	Brasil – 100%
Ultrafértil	1992	Brasil – 100%

Como pode ser observado, mesmo com a proposta de abertura da economia e redução nas alíquotas de importação, não houve um grande crescimento na inserção de capital estrangeiro, sendo a maior porcentagem (25%) dos EUA na alienação da PPH em 1992. Esse cenário vai mudar a partir do governo FHC com um considerável crescimento da inserção do capital estrangeiro nas transações de vendas de estatais.

3. Governo Fernando Henrique Cardoso

3.1 Despedida do Senado e diretrizes de governo

No discurso de despedida do Senado Federal, Fernando Henrique Cardoso deixa claro que as eleições de 1994 marcaram o fim da transição e que estava encerrado ali, também, a Era Vargas:

Acontece que estas eleições colocam, a meu ver, um ponto final na transição. Depois de dezesseis anos de marchas e contramarchas, a “abertura lenta e gradual” do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada. (...)Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado Intervencionista. (CARDOSO, 1994: 1;4).

Ainda no discurso de despedida do Senado Federal Cardoso aborda *as bases do novo modelo de desenvolvimento* que são: estabilidade macroeconômica, abertura da economia, nova relação Estado-mercado, constituição da infraestrutura econômica e social. Portanto, as bases do que virá a ser sua agenda de governo. No que diz respeito à estabilidade macroeconômica, Cardoso deixa claro que será *“inflexível na manutenção da disciplina fiscal e monetária, que é o fundamento da estabilidade macroeconômica”* (CARDOSO, 1994: 5)

Quanto à abertura da economia a maior justificativa dada por Cardoso é a de que essa possibilitará a integração do Brasil ao mercado mundial proporcionando uma *“vitalidade do nosso parque industrial”*, além de permitir novos ganhos à nossas empresas. Diretamente

relacionada à abertura da economia está a nova relação do Estado com o mercado, que passa a ser um Estado regulador ao invés de um Estado produtor.

E, por fim, trata em seu discurso da infraestrutura econômica e social sendo a principal diretriz desta a privatização. Para o então presidente eleito a “parceria com a iniciativa privada terá um papel decisivo” (CARDOSO, 1994: 9):

O processo de privatização deverá ser acelerado e estendido a outras atividades e empresas dos setores de energia, transportes, telecomunicações e mineração (...) o próprio conceito de privatização¹⁶ deve ser ampliado. (CARDOSO, 1994: 9)

Assim, tendo visto as bases do desenvolvimento para o então eleito presidente Fernando Henrique Cardoso foi possível perceber um projeto que ensejava ser hegemônico nos próximos anos, que tinha como classe dominante¹⁷ do bloco no poder uma elite burguesa industrial e como classe hegemônica uma elite burguesa ilustrada.

Como já foi mencionado, o governo F.H.C propõe um novo modelo de Estado passando do Estado produtor para o regulador. Para tal, apresenta uma agenda de modernização que propõe uma menor intervenção do Estado por meio da abertura da economia e de sua desindexação e, também, a eliminação de restrições ao capital estrangeiro.

O Plano Real, que teve como responsáveis: Pedro Malan, José Serra, Paulo César Ximenes e Pêrsio Arida, foi posto em prática no Brasil em três fases: a primeira seria uma fase de “grande compromisso fiscal” para garantir um superávit fiscal, para isso foi dado ao executivo enorme poder pelo legislativo e “as receitas fiscais reais continuariam constantes”. A segunda fase seria a fase da URV (Unidade Real de Valor) que tinha como objetivo o ajustamento de contratos, assim como “prover um mecanismo para a conversão de salários de

¹⁶Para Cardoso, as diferentes modalidades de privatização são: “venda de empresas com controle acionário direto ou indireto da união; venda de participações acionárias minoritárias; venda de ativos imobilizados; concessões de serviços públicos, incluindo a responsabilidade por novos investimentos; contratos de administração de serviços por empresas privadas e terceirização de atividades. (CARDOSO, 1994: 9).

¹⁷Nicos Poulantzas se utiliza do conceito de bloco no poder e inseridos neste conceito, alguns diferentes tipos de classes, ou frações de classe: classe hegemônica (hegemonia política); classe dominante (direção econômica); classe reinante (ocupa – principalmente – o governo); classe de apoio (aquela em cujo seio se recruta o aparelho de Estado). Para mais conceitos de Nicos Poulantzas conferir. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

uma maneira neutra”. E, por fim, a terceira fase de conversão ao Real. Nesta fase, ainda segundo Fishlow, a inflação praticamente desapareceu; as taxas nominais de juros caíram enquanto as taxas reais permaneceram altas e; houve uma alta entrada de capital estrangeiro. (FISHLOW, 2007: 162).

Já em sua terceira fase (implementação efetiva), o Plano Real busca a estabilização econômica com uma série de privatizações regulamentadas pelo PND criado por Collor. Mas, há uma série de alterações na legislação deste período¹⁸. O que reforça o que já foi mencionado a respeito de um maior poder dado pelo legislativo ao executivo.¹⁹ Mas foi justamente a lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990, que criou o PND, que possibilitou “ao capital estrangeiro aquisição de até 40% das ações com direito a voto e até 100% das ações sem direito a voto”. (SAURIN. PEREIRA, s/d: 50).

3.2 As privatizações e o capital estrangeiro

Tendo como fonte os relatórios do BNDES de 1995 a 1998 farei um apanhado das privatizações que ocorreram nesse interim e a participação do capital estrangeiro que foram utilizados no processo de desestatização dessas empresas separando por ano de privatização.

Em 1995 foram privatizadas oito empresas: sete do setor petroquímico que arrecadou R\$1.104 milhões e uma do setor elétrico que arrecadou R\$372,9 mil totalizando R\$1.477,6 Milhões. Como pode ser observado, a maior arrecadação em 1995 foi a do setor petroquímico.

¹⁸Algumas dessas leis e decretos: Decreto nº1.068 de 2 de março de 1994 que dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de desestatização das participações societárias minoritárias detidas pelas entidades da Administração Federal que menciona e dá outras providências; Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997 que dispõe sobre a organização de serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8 de 1995; Lei nº9.491 de 09 de setembro de 1997 que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a lei nº8.031 de 12 de abril de 1990 e dá outras providências; Decreto nº 2.338 de 07 de outubro de 1997 que aprova o regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências; decreto nº 2.430 de 17 de dezembro de 1997 que regulamenta o artigo 31 da lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997 que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

¹⁹Vanessa Elias de Oliveira em seu artigo *Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política?* Abre uma possibilidade de uma análise entre os poderes executivo e judiciário. Nesse texto a autora deixa claro que na verdade o que existe é uma politização da justiça e não uma judicialização da política, a partir da análise de regulamentações específicas sobre privatização. Parte da hipótese de que “embora o judiciário tenha sido ativado como árbitro de conflitos de ordem política, no caso das privatizações, ele não respondeu essa demanda, não completando portanto o ciclo da judicialização”(OLIVEIRA, 2005: 561).

No que diz respeito à participação do capital estrangeiro nas ofertas em leilão somente as empresas CPC, Salgema e CQR foram adquiridas em parte por empresas estrangeiras, sendo R\$3,9 milhões a soma do capital estrangeiro nas três empresas. No entanto, os compradores são, em sua maioria, de capital nacional: das oito privatizações somente a CQR possui compradores estrangeiros de nacionalidades diversas, ou seja, 12,5% de capital estrangeiro e 87,5% de capital nacional.

Em 1996 foram privatizadas onze empresas com o total de R\$4.771,9 milhões, dentre essas empresas são cinco do setor petroquímico (R\$296,8 mil), uma do setor ferroviário - cinco malhas - (R\$1.503,3 milhões), uma do setor elétrico (2.936,7 milhões) e, participações minoritárias de R\$35,1 mil, totalizando R\$4.736,8, sendo 75% desse montante obtido em moeda corrente, seguida da DISEC com 19,3%. No que diz respeito à nacionalidade dos compradores, todas as empresas do setor elétrico foram compradas por empresas nacionais; dentre as malhas do setor ferroviário: a malha oeste tem 100% de capital norte americano, a malha centro-leste 75% de capital de empresas nacionais e 25% de empresas norte-americanas, a malha sudeste tem 100% de capital nacional, a malha Tereza Cristina tem 100% de capital nacional e, a malha sul tem 63,8% de capital nacional e 36,2% de capital norte-americano; o setor elétrico - representado pela Light - tem 39,1% de capital nacional, 40,6% de capital norte-americano e 20,3% de capital francês.

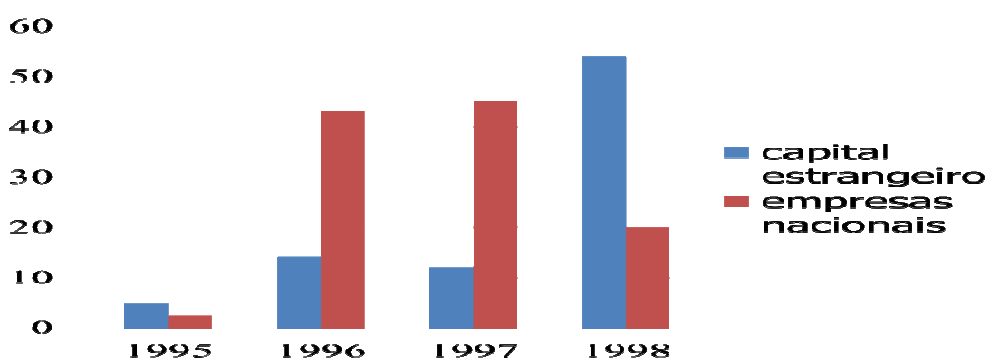
Em 1997 foram privatizadas 4 empresas, a transferência da malha nordeste da RFFSA, o arrendamento da Tecon 1 da codesp e alienadas das ações ordinárias restantes da excelsa. O setor elétrico arrecadou R\$290 mil, setor de mineração R\$7.216 milhões, Setor ferroviário R\$16 mil, Setor Portuário R\$274 mil, o setor financeiro R\$ 267 mil e, participações minoritárias de R\$204 mil, totalizando R\$8.267 milhões. No que diz respeito à nacionalidade dos compradores somente o setor de mineração - representado pela CVRD - tem capital nacional (91%) enorte-americano (9%), os demais setores são todos 100% capital nacional.

Em 1998 foram realizados dois leilões de ações, um leilão de concessão, cinco leilões de arrendamento e seis leilões de participações minoritárias. O setor elétrico arrecadou R\$2.300 milhões, o setor ferroviário R\$245 mil, o setor portuário R\$175 mil e, as participações minoritárias R\$483 mil, totalizando R\$3.203 Milhões. No que diz respeito à

nacionalidade dos compradores o setor elétrico – representado pela Gerasul – tem 100% de capital belga, o setor ferroviário – representado pela malha paulista da RFFSA – tem 96% de capital nacional e 4% de capital norte-americano, o setor portuário tem capital 100% nacional (BNDES, 1995-1998).

Como resultado dos dados colhidos dos relatórios do BNDES, temos o gráfico abaixo:

Compradores estrangeiros e nacionais de estatais entre 1995 e 1998*



*Elaboração própria.

A partir da análise do gráfico pode perceber, primeiro que, com relação ao capital estrangeiro presente no Governo Collor, o Governo F.H.C permitiu uma maior inserção deste capital nas transações de alienação de empresas estatais devido às diretrizes de seu governo já explanadas anteriormente e, segundo, no próprio governo F.H.C houve um crescimento contínuo (salvo ano de 1997) chegando em 1998 com a superação do capital estrangeiro em relação ao capital nacional, o que mostra como a prática neoliberal está presente de forma evidente neste governo, tendo em vista as bases do neoliberalismo apresentadas no início deste trabalho.

4. Considerações finais

Como pode ser percebido, ao longo dos anos, há uma maior abertura ao capital estrangeiro, sobretudo nos anos de 1996 e 1997, tendo em 1998, 100% de capital belga em uma das desestatizações, o contrário do que ocorria no Governo Collor, no qual o capital nacional predominava em disparado. Uma importante relação que pode ser feita é entre a

quantidade de capital estrangeiro nessas transações e a predominância da moeda utilizada nessas privatizações.

Até o Governo Collor predominam as chamadas moedas podres que não proporcionavam um balanço positivo aos cofres públicos. Já no Governo Fernando Henrique Cardoso predominava o uso da moeda corrente. Em 1995 predominou a DISEC²⁰ e, em seguida a moeda corrente; em 1996 já houve o predomínio da moeda corrente e, em seguida, a DISEC; em 1997, 51% era moeda corrente seguida de 24% da DISEC e; em 1998, 99,9% era moeda corrente e 0,01% eram outras moedas.

Resta agora pensar o que fazer com esses recursos arrecadados do capital estrangeiro, em crescimento desde 1995²¹: liquidar a dívida externa ou investir em seguridade social. E, ainda analisar se os recursos obtidos com o capital estrangeiro era o suficiente para compensar as importações - e suas taxas - que o Brasil fazia do mercado internacional.

Referências

I. Fontes

BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1995.

BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1996.

BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1997.

BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades Sistema BNDES, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 7103, 13 de abril de 1990.

²⁰Dívidas secularizadas da União.

²¹ Discussão que aliás causa uma chamada fissura de bloco no poder entre José Serra (ministro do planejamento) e Pedro Malan (ministro da Fazenda) que tinham concepções diferentes quanto o que fazer com o capital arrecadado das privatizações.

II. Obras Gerais

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niterói: Tese de doutorado, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso do Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994.

FILGUEIRAS, Luis. *O neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, s/d, p. 179-206.

FISHLOW, Albert. *Trinta anos combatendo a inflação no Brasil: do PAEG ao Plano Real*. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). *PAEG e REAL: dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Cadernos do Cárcere*. Vol.03, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os trinta anos da teoria*. Centro de Estudos Latinoamericanos. S/d.

MOTTA, Célia Maria da. *A política de reformas do Estado brasileiro, na década de 1990: uma inserção neoliberal?*. São Paulo: dissertação de mestrado, 2001.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. *Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política?* IN: *Revista de Ciências Sociais*. Vol 48, nº03. Rio de Janeiro, 2005.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SAURIM, Valter; Pereira, Breno. *O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização*. Departamento de Ciência da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, s/d, p. 43-59.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL